

Roberta Marcelo de Oliveira

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS PARA
OS TRABALHADORES DO SETOR BANCÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação da Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Janete Luzia Leite

Rio de Janeiro
2007

Àqueles que muito me incentivaram
e contribuíram para realização
deste sonho: Tereza Telles, Maria
de Fátima e Marco Nabuco.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar;

Aos meus pais, pela educação e caráter que me transmitiram;

Ao Emanuel, meu companheiro e amigo, por tornar minha vida mais feliz;

A todos os mestres que passaram pela minha vida, do Jardim de Infância à Universidade, em especial as professoras Tereza Telles e Maria de Fátima, do Ensino Médio, pela importante influência que tiveram na minha formação;

Ao amigo Marco Nabuco, engenheiro do INMETRO, por quem guardo imensa admiração e gratidão;

À minha orientadora, Janete Luzia Leite, pela paciência e disponibilidade;

Às amigas que conheci durante o curso, pela excelente convivência e experiência que me proporcionaram; em especial Cristiane Lessa, Cristiane Iara, Joice dos Santos, Juliana Motta e Áurea Gomes;

Ao “camarada” Cyro Garcia, pela entrevista gentilmente concedida e apresentada neste trabalho;

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, por sua magnitude.

Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer
 Êh, oô, vida de gado
 Povo marcado
 Êh, povo feliz!

Lá fora faz um tempo confortável
 A vigilância cuida do normal
 Os automóveis ouvem a notícia
 Os homens a publicam no jornal
 E correm através da madrugada
 A única velhice que chegou
 Demoram-se na beira da estrada
 E passam a contar o que sobrou!
 Êh, oô, vida de gado
 Povo marcado
 Êh, povo feliz!

O povo foge da ignorância
 Apesar de viver tão perto dela
 E sonham com melhores tempos idos
 Contemplam esta vida numa cela
 Esperam nova possibilidade
 De verem esse mundo se acabar
 A arca de Noé, o dirigível,
 Não voam, nem se pode flutuar
 Êh, oô, vida de gado
 Povo marcado
 Êh, povo feliz!

Zé Ramalho, Admirável Gado Novo.

ÍNDICE

Apresentação.....	06
Capítulo I - Trabalho e Reestruturação Produtiva.....	13
Capítulo II - O Setor Bancário: da Reforma de 1964 à atualidade.....	25
Capítulo III - O Setor Bancário na nova ordem do Trabalho.....	40
Considerações Finais.....	51
Referências Bibliográficas.....	55

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, submetido à Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constitui-se em pré-requisito para a obtenção do grau de Assistente Social. Seu objeto de estudo são as transformações em curso no mundo trabalho – iniciadas nos anos 70 do século XX, em níveis mundial e nacional –, com especial ênfase no setor bancário brasileiro.

Para tanto, objetivou-se traçar um panorama de como essas metamorfoses no mundo do trabalho (que, na verdade, são consequência direta da crise estrutural que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas na década de 70) incidiram sobre o setor financeiro do Brasil, sobretudo no que diz respeito à sua estrutura e organização bancárias, fazendo uma análise a partir da Reforma Bancária de 1964, passando pela Reforma do Sistema Financeiro Nacional de 1988 – que introduziu os bancos múltiplos –, pela reestruturação que os bancos sofreram nos anos 90 e, finalmente, chegar ao setor bancário brasileiro na atualidade e sua inserção na nova ordem do trabalho.

As duas principais razões que me levaram a pesquisar e escrever sobre este tema são o fato de ser bancária desde 2000 e ter realizado o curso de graduação em Serviço Social na UFRJ entre os anos de 2001 e 2007. A primeira delas justifica-se pela circunstância de vivenciar pessoalmente as mudanças que vêm se processando no interior dos bancos, ainda que tenha chegado em um momento em que sua atual configuração já estava praticamente conformada. No segundo caso, o conteúdo e a orientação do curso provocaram-me uma crescente inquietação diante do *status quo*; ao tratar de modo contestador e desafiante, em vez de conformista, a realidade na qual estamos imersos atualmente. De fato, incontestavelmente, o curso de Serviço Social aguçou minha capacidade de ler nas entrelinhas o processo de exploração capitalista e ensinou-me a enxergar o quanto, e sempre, os interesses da classe burguesa (e do capital financeiro) se sobrepõem aos interesses da classe trabalhadora (e de grande parte da sociedade).

As transformações em curso no mundo do trabalho contemporaneamente são expressões de um processo de reorganização do capital em resposta à sua crise estrutural, desencadeada a partir dos anos 70. A reestruturação produtiva, nome atribuído a essa série de transformações, vem sistematicamente precarizando as relações de trabalho desde então. Na verdade, ela vem modificando a própria concepção de trabalho e, conseqüentemente, seu universo.

Diante dessa crise, a saída mais rápida e funcional identificada pelo sistema capitalista foi a implementação de políticas neoliberais. Embora o neoliberalismo não seja objeto de estudo deste trabalho, é preciso ter claro que esta doutrina é o pano de fundo das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que o mundo contemporâneo vem sofrendo. Em linhas bem gerais, tem-se que o neoliberalismo foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de Bem-Estar Social. Entretanto, não cumpriu, efetivamente, o papel a que se propôs: reanimar a dinâmica do capitalismo, que continua mergulhada em uma crise estrutural e para a qual precisa, freqüentemente, buscar medidas paliativas e imediatistas para continuar sobrevivendo e protelando seu colapso.

A desqualificação do Estado, premissa da ideologia neoliberal “privatizante” (NETTO, 1996), ilustra com clareza o que se pretende com a implementação dessa doutrina político-econômica. A defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, o “Estado máximo para o capital”. Obviamente, o capitalismo não pôs fim ao Estado nacional. Mas vem, de fato, operando para erodir a sua soberania. Cabe lembrar, entretanto, da diferencialidade desta erosão, que atinge diversamente Estados centrais e Estados periféricos. Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, constata-se que ele conquistou uma significativa hegemonia: desenvolve-se hoje uma “cultura política” anti-Estado, que vem afetando as relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil¹.

No Brasil, onde o Estado de Bem-Estar Social nem mesmo chegou a acontecer, as transformações político-econômicas provocadas pelo neoliberalismo podem ser observadas a partir da década de 90.

Lesbaupin e Mineiro (2002) fazem um alerta a respeito do discurso dos neoliberais. Para os defensores do ideário neoliberal, o Estado está grande demais; é preciso reduzi-lo e reduzir seus gastos. Segundo eles, o Estado não deve intervir na economia; o mercado deve regulá-la sozinho e devemos caminhar para um Estado mínimo. É bem verdade que o Estado vem sistematicamente reduzindo suas despesas nas políticas sociais, mas não é igualmente verdade que não intervenha na economia.

O pensamento neoliberal prega, segundo os autores em tela, a inevitabilidade do desemprego frente à introdução de novas tecnologias no processo de produção.

¹ É o caso da transferência, para a sociedade civil, a título de “iniciativa autônoma”, de responsabilidades antes destinadas à ação estatal (Netto, 1996).

Sabe-se que esta consequência não é absoluta nem necessária, pois, se isto fosse verdade, os países mais desenvolvidos – portadores de tecnologias mais avançadas – teriam a maior taxa de desemprego em comparação com os países emergentes, o que não acontece.

Tem-se, ademais, a defesa e estímulo da concorrência entre as pessoas. Afinal, todos são livres e “têm as mesmas oportunidades” para concorrer no mercado de trabalho. Logo, a culpa pelo não-sucesso é única e exclusivamente do trabalhador, que deve ser visto pela sociedade como um fracassado: o mercado deu-lhe condições de competir em pé de igualdade com os demais; ele que não quis ou não soube aproveitar sua oportunidade. Na verdade, esse discurso de culpabilização do indivíduo é mais uma tentativa do sistema capitalista de justificar os socialmente excluídos e o enorme contingente de desempregados produzidos por essa lógica destrutiva de acumulação do capital.

O setor bancário brasileiro, foco deste trabalho, não ficou de fora dessa “onda neoliberal”. Ao contrário. Ele tem sido palco de um dos mais acentuados processos de reestruturação econômica e reorientação estratégica registradas no bojo da reestruturação produtiva.

No Brasil, a Reforma Bancária de 1964, regulamentada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, abriu os caminhos para a implantação de políticas econômicas que favorecessem a acumulação privada do capital. Seu verdadeiro objetivo era dar uma nova dinâmica ao setor financeiro e superar, desse modo, a crise que pairava sobre a economia brasileira. A essa Reforma seguiu-se a Reforma do Sistema Financeiro Nacional, implementada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), através da Resolução n.º 1524, de 21/09/1988, que criou os bancos múltiplos, facilitando a atuação dos conglomerados financeiros.

Contudo, foi na década de 90 que os bancos começaram a adquirir, de fato, sua atual configuração. A introdução da automação e da terceirização no setor, com redução da força de trabalho, reengenharia de processos, seletividade na prestação de serviços ao setor público, orientação dos usuários dos serviços para o auto-atendimento e revisão do *layout* das agências, são importantes exemplos desse processo. A partir daí, o trabalho bancário, paradigmático em relação às transformações observadas no mundo do trabalho, passou a experimentar mudanças significativas, cada vez mais intensas. Essas mudanças, registradas no cotidiano de trabalho dos bancos, têm contribuído para a formação de um novo

“perfil ideal” de trabalhador: mais jovem e escolarizado, o trabalhador bancário passa a ter que desenvolver novas funções, com mais flexibilidade, polivalência e capacidade de relacionamento.

É bem verdade que essas “novas” exigências não são específicas do setor bancário; mas é igualmente verdade que nos bancos elas se processam com muito mais intensidade e crueldade. Afinal, o trabalhador bancário viu-se compelido a tornar-se um vendedor [de produtos e serviços bancários]; e essa é uma tarefa muito difícil se levarmos em conta que, diferentemente de uma loja de calçados, por exemplo, onde os clientes vão se desejam comprar sapatos e lá encontram vendedores de sapatos, a grande maioria dos clientes bancários não se dirigem até as agências com a finalidade de “comprar” produtos oferecidos pelos bancos. Pelo contrário. Diante da atual conjuntura de arrocho salarial e desemprego estrutural que o país atravessa, o que se tem é um grande endividamento privado. Neste contexto, as pessoas recorrem aos bancos, na maior parte das vezes, para tomarem empréstimos ou renegociarem dívidas. E lá se defrontam com o atendente bancário, que mais parece um robô falante, tentando lhes convencer a comprar todo e qualquer tipo de produto e/ou serviço elaborado pelos bancos para aumentarem sua margem de lucro.

Esta nova realidade, associada, entre outras, às muitas inovações gerenciais que acompanham todo o processo, possui um potencial desmobilizador da atividade sindical, ao incentivar o individualismo meritocrático e colaborar para a mudança de atitude dos bancários em relação à ação coletiva.

A reestruturação produtiva do trabalho bancário demarca a passagem de uma cultura de estabilidade e segurança para uma cultura de instabilidade e insegurança – que afeta os modos de trabalhar e de ser dos bancários². Esta mudança indica a adoção de uma lógica individualista, que leva a um processo a que Sennett (1998) chamou de “corrosão do caráter”, que atinge em enorme escala os gerentes, gestores; enfim, as personificações do capital financeiro. Este autor propõe que se pense sobre o quanto os mecanismos utilizados neste contexto neoliberal são capazes de oprimir os trabalhadores e afetar as relações que eles estabelecem com

² Faz-se necessário esclarecer que essas mudanças não são vistas sob a mesma ótica por todos os bancários. Para aqueles que não conseguem enxergar este processo com um olhar crítico, que não conseguem ler nas entrelinhas, trata-se de uma lógica inexorável, que deve ser seguida e praticada. Geralmente, esse grupo de bancários preocupa-se em “vestir a camisa” da empresa, ocupar cargos de gerência, conquistar *status* e um aparente poder. Para o outro grupo, e arriscamo-nos em afirmá-lo como maioria, essas transformações se dão de forma muito dura, tornando o trabalho no interior dos bancos uma atividade degradante, estressante, frustrante e alienante.

o trabalho, com a família e com a sociedade em geral. E um dos melhores exemplos é o trabalho bancário: a despeito de sua atividade básica – a intermediação financeira, que consiste, resumidamente, em guardar dinheiro ou valores e conceder empréstimos –, os bancos transformaram-se em verdadeiras lojas, com prateleiras invisíveis, mas com uma diversidade enorme de produtos e serviços, cujos funcionários são submetidos diariamente a um assédio moral degradante, a fim de atingirem as metas de vendas (no mínimo, indecorosas) impostas pelos representantes dos banqueiros.

Essas transformações, que vêm alterando a economia, a política e a cultura na sociedade brasileira, sob a égide do capital financeiro – fusão do capital bancário com o capital industrial –, resultaram no agravamento da questão social, expresso, principalmente, pelo aumento do desemprego e do subemprego no país.

Segundo Iamamoto (2001), é este cenário que molda novas condições de trabalho do assistente social. Ao redimensionar a profissão e requisitar um repensar coletivo do exercício e da formação profissionais - no sentido de construir respostas acadêmicas, técnicas e ético-políticas condizentes com os processos sociais em curso -, o atual contexto político, econômico e social em que estamos inseridos exige, ou pelo menos espera, do assistente social *um desempenho competente e crítico, capaz de fazer frente, de maneira efetiva e criadora, aos novos tempos, nos rumos da preservação e ampliação das conquistas democráticas na sociedade brasileira* (Idem, Op. cit., p. 10).

Com vistas a contemplar o objetivo deste trabalho em sua totalidade, optou-se por uma estrutura composta por três capítulos. O primeiro deles trata da reestruturação produtiva imposta pelo capitalismo como resposta a sua crise, em nível mundial, e das transformações no mundo do trabalho, em nível nacional, como reflexo e exigência da conjuntura internacional. O segundo capítulo faz um histórico da evolução do setor bancário no Brasil, da Reforma Bancária de 64 à atualidade, contextualizando-a segundo os atores envolvidos e a conjuntura político-econômica brasileira. Finalmente, o terceiro capítulo aborda questões relativas ao setor bancário na nova ordem do trabalho.

Por tratar-se de estudo teórico, metodologicamente, utilizou-se como principal fonte de investigação a bibliografia de autores que trabalham este assunto a partir de um viés crítico, em especial Ricardo Antunes, Ary Cesar Minella e Nise Jinkings. Em decorrência da ausência de tempo para investigação de campo, optou-se por

corroborar esta análise através da entrevista com um trabalhador bancário e dirigente sindical, apresentada no Capítulo III.

Não se pretende, com esta análise, esgotar a discussão acerca das transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo; mas sim esclarecer os principais pontos desse processo e sua grande importância para o conjunto da sociedade. Afinal, a melhor maneira de vencer um adversário é estudando-o para conhecer suas bases e seus mecanismos e, assim, poder formular estratégias eficazes. Desse modo, é imprescindível que os trabalhadores saiam da condição de alienação em que a maioria se encontra, entendam verdadeiramente os movimentos que vêm se processando e resgatem sua unidade de classe de outrora. Somente assim poderão encontrar caminhos alternativos a essa lógica destrutiva e contraditória de acumulação do capital, que tem como premissa a destruição das bases que a sustenta.

CAPÍTULO I

TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir de 1970, uma crise começa atingir o centro do sistema capitalista mundial³. Tratava-se de mais uma crise estrutural do capitalismo que se referia, no plano geral, tanto às dimensões econômicas, com queda da taxa de lucro⁴, hipertrofia da esfera financeira⁵, maior concentração de capitais (graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas), quanto às dimensões políticas (crise do Estado de Bem-Estar Social e dos seus mecanismos de funcionamento, ocasionando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos, com sua transferência para o capital privado).

Dado que a incapacidade de responder à retração do consumo se acentuava⁶, a expressão mais característica dessa crise era o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX, baseado: a) na produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos, através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; b) na existência do trabalho parcelar e na fragmentação das funções; c) na separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; e d) na existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e na constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outros. Nesse sentido,

[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]. Era também a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontornabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural,

³ Essa crise foi exacerbada pelo choque do petróleo (Harvey, 1993), situação decorrente dos sucessivos aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de outubro de 1973 pelos Estados integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), objetivando o controle da produção e distribuição da matéria-prima e a defesa do preço do petróleo no mercado interno (Sandroni, 1999).

⁴ Dadas, principalmente, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60 (Antunes, 1999).

⁵ Tratava-se do início do processo de financeirização do capital, isto é, a esfera financeira ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação (Idem).

⁶ Na verdade, o mercado sofria uma retração do consumo provocada pelo desemprego estrutural que se iniciava (Idem).

começava também a desmoronar o mecanismo de "regulação" que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa. (ANTUNES, 1999, p. 31)

Buscando dar respostas a sua crise estrutural e recuperar o ciclo de crescimento, o capitalismo implementou um vasto processo de reestruturação (conhecido como reestruturação produtiva), que atingiu fortemente – mas não só – o mundo do trabalho. De acordo com Netto (1996), é para responder a este novo quadro [de crise] que o capital monopolista se empenha, estrategicamente, em uma complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem e/ou se desenvolvem autênticas transformações societárias.

Harvey (1993) resume em uma palavra o que ele considera responsável pelo conjunto de dificuldades enfrentadas pelo capitalismo no período de 1965 a 1973: rigidez⁷. Segundo o autor, havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, havia rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (e toda tentativa de superar esses problemas era barrada pela unidade e pelo poder da classe trabalhadora). Este quadro foi se agravando na medida em que programas de proteção social aumentavam para garantir a legitimidade do sistema capitalista no momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. Flexibilidade, àquela época, somente no que dissesse respeito à política monetária e, portanto, à capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter “as aparências”. O resultado foi o início de uma onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão oriunda do pós-guerra. Começou a tomar forma, então, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política, que podem representar os primeiros movimentos da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, que o autor em tela vai chamar de *acumulação flexível*, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distintos.

Assim, a acumulação flexível, marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, e

⁷ Netto (1996) sinaliza que, para alguns autores, é polêmico o caráter “rígido” atribuído ao fordismo.

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (...). (HARVEY, 1993, p. 140)

Deste modo, os poderes ora maximizados de flexibilidade e mobilidade do capitalismo permitem que os empregadores tenham um maior controle sobre a força de trabalho: o trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível, que parece implicar em níveis relativamente altos de desemprego estrutural⁸ (em oposição à friccional⁹), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando existem) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – um dos pilares políticos do regime fordista.

Para Netto (1996), está claro que as modificações derivadas do esgotamento do regime de acumulação “rígido”, somadas às implicações da revolução tecnológica¹⁰, estão transformando o “mundo do trabalho”: no bojo dos que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe operária “tradicional”, que firmou a sua identidade de classe (sindical e política) enfrentando o capitalismo monopolista, transforma-se rapidamente, afetada por diferenciações, divisões, cortes e recomposições (além do que, dada a dinâmica da própria “revolução informacional”, ela tende, como proletariado industrial, a diminuir profundamente).

Segundo Antunes (1999), essa reestruturação produtiva ocasionou mudanças tanto na organização do processo produtivo quanto na organização do próprio trabalho, que fizeram eclodir uma crise no interior do movimento operário, sobretudo no âmbito do movimento sindical. Faz-se necessário, aqui, uma pausa a fim de elencar os principais elementos constitutivos desta crise [no interior do movimento

⁸ Ou desemprego tecnológico. Origina-se em mudanças na tecnologia de produção (aumento da mecanização e automação) ou nos padrões de demanda dos consumidores (tornando obsoletas certas indústrias e profissões e fazendo surgir outras novas). Em ambos os casos, grande número de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria especializada é beneficiada pela valorização de sua mão-de-obra (Sandroni, 1999).

⁹ Ou desemprego normal. Ocorre por desajuste ou falta de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores com vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, enquanto trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho (Sandroni, 1999).

¹⁰ Em sentido mais restrito, referente à história econômica mais recente, engloba as inovações técnicas que se processaram durante e após a Revolução Industrial e que alteraram as formas e processos de produção, além de concorrer para o incremento da produtividade e da divisão social do trabalho. Esse revolucionário processo técnico ocorreu como condição necessária para o processo de desenvolvimento e realização do modo de produção capitalista. Essas modificações técnicas foram acompanhadas também de profundas mudanças na estratificação social, nas relações entre as classes e no âmbito das estruturas políticas e jurídicas da sociedade moderna (Sandroni, 1999).

operário], sem os quais corre-se o risco de não explicitar sua gênese. Para tanto, a explanação que se segue não tem o objetivo de exaurir o assunto; apenas situá-lo em suas grandes linhas.

Em primeiro lugar, é importante frisar que a crise estrutural, já exposta anteriormente, se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas, especialmente a partir do início dos anos 70, o que por si só já provocou mudanças no mundo do trabalho.

A queda do Leste Europeu e de quase todos os países que tentaram uma transição socialista, liderados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – é considerado o segundo elemento fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário. Com a propagação, no interior do mundo do trabalho, da falsa idéia do fim do socialismo, e sua aceitação por significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, os países capitalistas centrais aproveitaram para rebaixar brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores. Afinal, para o sistema capitalista, não havia mais a “ameaça vermelha”. Por tudo isso, e pela crise que se abateu sobre os partidos comunistas tradicionais e o sindicalismo a eles vinculado, é que o desmoronamento do Leste Europeu e da URSS, em fins dos anos 80, teve forte impacto sobre o movimento operário.

Outro ponto central para uma apreensão mais totalizante dessa crise está no agudo processo político e ideológico de social-democratização da esquerda e a sua conseqüente atuação subordinada à ordem do capital (paralelamente ao desaparecimento do socialismo real). O sindicalismo de esquerda, para exemplificar, passou a recorrer freqüentemente à institucionalidade e à burocratização características da social-democracia sindical. Esse processo se efetivou no momento em que a própria social-democracia também vivenciava uma situação crítica.

O quarto e último ponto desta tematização inicial está na vigorosa expansão do neoliberalismo a partir de fins dos anos 70, e a conseqüente crise do Estado de Bem-Estar Social. É preciso dizer, aqui, que com esses dois processos, houve a crise da própria social-democracia, que passou a atuar sob as rédeas do neoliberalismo. A forte expansão do projeto econômico, social e político neoliberal afetou gravemente o mundo do trabalho e, através de medidas como reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado e políticas fiscal e

monetária sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital¹¹, levou a um quadro de completa desmontagem de direitos sociais dos trabalhadores, combate cerrado aos sindicalismos de esquerda, propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados etc.

Embora a crise estrutural do capitalismo tenha determinações mais profundas, a resposta capitalista procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, isto é, reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção vigente. Tratava-se, portanto, de reestruturar o padrão produtivo baseado no binômio taylorismo/fordismo, buscando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45.

Considerando que as lutas anteriores entre o capital e o trabalho não resultaram na instauração de um projeto hegemônico do trabalho contra o capital, coube a este último oferecer sua resposta para a crise. E foi exatamente nesse contexto que se iniciou uma mutação no interior do padrão de acumulação capitalista, visando alternativas que proporcionassem maior dinamismo ao processo produtivo, que estava claramente esgotado.

É importante compreender que se tratou de uma mutação no padrão de acumulação, não no modo de produção (que continuaria sendo o modo de produção capitalista), isto é, para o capital era necessário mudar os meios para continuar atingindo o mesmo fim. Dessa maneira, gestou-se a transição do padrão taylorista/fordista de acumulação para as novas formas de acumulação flexibilizada, cujo carro-chefe é o toyotismo (ou modelo japonês de produção), no qual o “cronômetro” e a “produção em série” e “de massa” são substituídos pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado, e também no qual se ensaiam modalidades de desconcentração industrial e se buscam novos padrões de gestão da força de trabalho¹².

As mudanças na organização da produção e do trabalho vão penetrando em todas as partes do mundo, repercutindo em transformações significativas no interior do mundo do trabalho, contribuindo para a sua precarização e para um monumental desemprego estrutural. Assim,

¹¹ Como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

¹² Dos quais, entre outros, os Círculos de Controle de Qualidade – CCQ, a “gestão participativa” e a busca da “qualidade total” são expressões visíveis não só no mundo do trabalho japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado (Antunes, 1999).

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte, - a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 1999, p.31).

Para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, prioridade do “novo” padrão de acumulação, era também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Essa nova forma de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, teve sérias e negativas consequências no mundo do trabalho, defende Antunes (2005). Segundo o autor, assiste-se, hoje, em detrimento da crescente redução do proletariado fabril estável, a um enorme incremento do novo proletariado, qual seja, o subproletariado fabril e de serviços, que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em todas as partes do mundo. Inicialmente, nos áureos tempos do capitalismo, esses postos de trabalho – denominados por Netto (1996) de “trabalho sujo” -, que não exigiam mão-de-obra qualificada, eram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* (na Alemanha), os *dekasseguis* (no Japão), o *lavoro nero* (na Itália), os *chicanos* (nos Estados Unidos) etc. Mas, hoje, sua expansão atinge também os diversos trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista.

Há, ainda, a exclusão dos trabalhadores jovens demais e dos trabalhadores “velhos” (em torno de 40 anos) do mercado de trabalho. Os primeiros, sob a argumentação de não terem experiência profissional, acabam muitas vezes engrossando as fileiras do mundo do crime ou de movimentos fascistas. Para os segundos, a justificativa é de que já são “velhos demais” para uma reinserção no “novo” mercado de trabalho. Concomitante a essa tendência, há um acirramento da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como os países asiáticos e latino-americanos, mas que atinge também muitos países centrais, como a Itália. Outra vertente dessa tendência é o aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente, no universo

part-time, precarizado e desregulamentado. Isso porque às mulheres, em relação aos homens, são pagos salários inferiores e os direitos e condições de trabalho são ainda mais diminutos.

Outras duas tendências que merecem ser citadas são a expansão do chamado Terceiro Setor e do trabalho em domicílio. O crescimento do Terceiro Setor decorre, entre outros, da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sofrer o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural. Para Antunes (2005), ele é, na verdade, consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto¹³. Nesse sentido, o Terceiro Setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital, ainda que possa minimizar o problema do desemprego nos países em que o Terceiro Setor é amplo. Com relação à expansão do trabalho produtivo em domicílio, provocado pelo crescimento de pequenas e médias empresas, é necessário acrescentar que sua realização mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, trazendo à tona novamente a importância do trabalho feminino e, não raro, o infantil.

A reestruturação implementada pelo modo de produção capitalista, com a transição ao modelo de acumulação flexível e seu “pacote” de transformações societárias, não deixou isenta a sociedade brasileira. Entretanto, é preciso ter claro que o Brasil participou e participa deste processo na condição de economia periférica, ou seja, as transformações expostas anteriormente processam-se aqui mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial e pelas particularidades da sua formação econômico-social. Afinal, não havia, aqui, um Estado de Bem-Estar Social a ser destruído. Não há, aqui, uma efetividade dos direitos sociais. Não há, portanto, excessos nos gastos sociais a serem cortados. Como bem ressalta Netto (1996), seria um engano transpor diretamente os processos que ocorrem nas economias centrais do sistema capitalista para a nossa realidade. Desse modo, para alcançar hegemonia, em nosso país, o projeto burguês

¹³ A Revolução Tecnológica tem implicado em uma extraordinária economia do trabalho vivo (força de trabalho posta em ação, criando valor) e um aumento significativo do trabalho morto (trabalho já realizado, cristalizado em determinada mercadoria; neste caso, aparece sob a forma de um produto, qual seja, a máquina) – elevando consideravelmente a composição orgânica do capital (conceito formulado por Karl Marx, ao analisar o processo de produção capitalista, que consiste na relação entre o valor do capital constante - trabalho morto - e do capital variável - trabalho vivo). A composição orgânica do capital será tanto mais elevada quanto for a parcela de capital constante em relação ao capital variável (Sandroni, 1999).

neoliberal tem necessidade de travestir-se, de mascarar-se com um discurso não de individualismo, mas de “solidariedade”; não de rentabilidade, mas de “competência”; não de redução de coberturas, mas “de justiça” – ainda que suas práticas estejam voltadas para a “desregulação” e para a “flexibilização”. Os governos de Fernando Collor, de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva são, na prática, a sua comprovação.

Dias e Bosi (2005) nos trazem excelente ilustração da chamada “flexibilização” das leis trabalhistas em nosso país. São três exemplos elucidativos que traduzem de maneira bastante clara as ações praticadas pelo receituário neoliberal.

O primeiro deles é a Lei 8.949/94, que modificou o Art. 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, acrescentando-lhe um parágrafo para determinar a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus cooperados e as empresas contratantes de serviços. Essa alteração permitiu que empregados passassem à categoria de associados, desobrigando a empresa e a cooperativa dos encargos trabalhistas e previdenciários. Na prática, esta lei transformou-se em um poderoso instrumento para que as empresas transnacionais e nacionais terceirizassem suas atividades utilizando o trabalho contratado de cooperativas, desobrigadas legalmente de qualquer encargo social¹⁴. Esta lei fez com que milhares de trabalhadores “corressem” para essas cooperativas, esperançosos de escapar do desemprego e de converterem-se em seus “próprios patrões”.

O segundo, a Lei 9.468/97, instituiu os Planos de Demissão Voluntária – PDV (que faz muito sucesso, por exemplo, entre os bancos públicos), com o objetivo de reduzir os quadros de pessoal na administração pública. Esta medida, seguida por Estados e Municípios, além de desarticular o mercado de trabalho, contribuiu para o desemprego, a insegurança e o empobrecimento dos trabalhadores. Afinal, freqüentemente “seduzidos pela oportunidade de abrirem seu próprio negócio e tornarem-se seus próprios patrões”, os trabalhadores que aderem aos PDV com essa intenção e, muitas das vezes, não são bem-sucedidos em seus empreendimentos, acabam endividados e arrependidos por terem deixados seus antigos empregos. Este é apenas um exemplo de como a adesão a esse tipo de

¹⁴ Não só empresas, transnacionais ou nacionais, propriamente ditas. Tal prática é comum e freqüente, por exemplo, em muitos hospitais públicos com carência de pessoal que, em vez da realização de concurso público para admissão de profissionais devidamente qualificados, recorrem à terceirização de serviços, com contratação de cooperativas nas condições acima mencionadas.

programa pode representar a passagem para uma fase [da vida do trabalhador] muito mais difícil em seu aspecto financeiro.

Finalmente, o terceiro exemplo é a Lei 9.601/98, que instituiu o contrato temporário de trabalho e reduziu o percentual de contribuição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8% para 2%, estipulando que o trabalhador contratado sob esta forma não tenha direito a receber, em caso de demissão, nem os 40% de multa sobre o Fundo, nem o aviso prévio. Ademais, a Lei 9.601/98 permitiu, ainda, a introdução do Banco de Horas¹⁵, desde que convencionado por acordo entre patrão e trabalhadores¹⁶. Do ponto de vista político-econômico, ressaltam os autores, tais medidas não passaram de ações adotadas para acompanhar a orientação mundial de ajuste das economias nacionais à necessidade de recomposição de taxas de lucro do capital (que vinham declinando visivelmente desde a década de 1970).

A esses exemplos acrescente-se o Projeto de Lei complementar 123/04, em vigor desde 1º de julho deste ano. A chamada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (ou Super-Simples, como ficou mais conhecida) – apesar de travestir-se de um discurso de diminuição da burocracia e ampliação da isenção fiscal às empresas menores, com vistas a promover a formalidade e o emprego – não passa de uma manobra criada para permitir o afrouxamento na fiscalização dessas empresas, possibilitando diversas irregularidades (como atrasos nos pagamentos e concessões de férias, por exemplo). Se para os micros e pequenos empresários o Super-Simples significa redução de impostos, para os trabalhadores resultará em perda de direitos. Eis alguns pontos obscuros desta lei – que ataca duramente direitos trabalhistas –, os quais parlamentares e imprensa parecem “ter esquecido” de divulgar quando da propaganda massiva pela aprovação do projeto:

a) Art. 51, que desobriga as empresas de procedimentos básicos, tais como a afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências, a anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registros, a comunicação ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre a concessão de férias coletivas, a posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”; e

¹⁵ O Banco de Horas caracteriza-se, na prática, pela adoção de um autêntico sistema de créditos (prorrogação de jornada, leia-se hora extra sem a respectiva remuneração em espécie) e débitos (diminuições de jornada ou folgas), relacionado às horas trabalhadas e compensadas pelo trabalhador.

¹⁶ Presencia-se aqui o que Netto (1996) chamou de “o negociado [com poder] sobre o legislado”.

b) Art. 55, que estabelece o princípio da “Fiscalização Orientadora”. Salvo em poucos casos, este artigo impede o fiscal do trabalho de punir o empresário flagrado no descumprimento de obrigações trabalhistas (a autuação punitiva só poderá ocorrer em uma segunda visita da fiscalização). Doravante, o fiscal terá de orientá-lo a cumprir a lei e negociar as condições para tal. Esta medida, além de obrigar o fiscal a executar uma função que não é sua – a de negociador –, será um incentivo ao descumprimento das obrigações trabalhistas.

Os Art. 51 e 55 da Lei 123/04, assim como as três leis anteriormente mencionadas, constituem-se em uma verdadeira reforma trabalhista – ou pelo menos em seu embrião – colocando na berlinda os direitos conquistados pelos trabalhadores com a promulgação, em 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Depreende-se, portanto, que o discurso oficial e a política para o mercado de trabalho adotados desde o primeiro governo FHC tinham a orientação clara de operar no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho no Brasil. Essa orientação tinha como finalidade não apenas a redução de custos e o aumento da competitividade, mas também, segundo o discurso do governo, a expansão do emprego e da renda dos trabalhadores (LESBAUPIN e MINEIRO, 2002). Mais de uma década depois, considerando o governo Lula uma continuidade do governo anterior, a operacionalização desta política, associada ao ambiente macroeconômico do Plano Real¹⁷, não gerou resultados favoráveis aos trabalhadores. Ao contrário: de modo geral, o mercado de trabalho tornou-se mais informal ao longo do período que se iniciou em 1994, passando a experimentar uma notável redução no percentual dos trabalhadores com carteira assinada – o que significa impactos negativos não apenas do ponto de vista da abrangência da garantia de direitos trabalhistas, mas também do ponto de vista do financiamento da Previdência Social, para o qual os trabalhadores com carteira assinada contribuem automaticamente.

¹⁷ Com estagnação econômica e baixa taxa de investimentos, sobretudo durante os oito anos de governo FHC.

CAPÍTULO II

O SETOR BANCÁRIO: da Reforma de 64 à atualidade

O Brasil, marcado pelos aspectos mais gerais de uma formação social capitalista dependente, sofreu um conjunto de transformações sociais, políticas e econômicas entre 1960 e 1980. O modelo econômico imposto, concentrador de renda e produtor de desigualdades sociais, era também o reflexo da articulação de setores da burguesia nacional com o capital internacional. A partir da renúncia de

Jânio Quadros, em agosto de 1961, desencadeou-se uma crise política que culminou com o golpe de Estado de 1964 que, implantando uma nova correlação de forças, marcou profundamente os rumos do país.

Até meados da década de 50, a industrialização no Brasil tinha como base fundamental a produção de bens de consumo necessários. A demanda por bens de produção era coberta, em sua maioria, pela importação. Entretanto, durante o período da Segunda Guerra Mundial, devido às restrições externas, o país viu-se obrigado a desenvolver a produção de insumos básicos e matérias-primas, estimulando a formação de importantes empresas e, conseqüentemente, o desenvolvimento industrial brasileiro, em um processo que ficou conhecido como “substituição de importações”.

O governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) ampliou as vantagens oferecidas ao capital externo, iniciadas no governo anterior, e facilitou a implantação da indústria automobilística, caracterizando seu período pelo Plano de Metas, cujo objetivo era o país desenvolver “cinquenta anos em cinco”, dedicando relevantes recursos à energia, transportes e à indústria de base.

No entanto, a possibilidade de transferir ao país capitais obsoletos, a alta taxa de lucros e a possibilidade de um mercado consumidor deram impulso à inversão estrangeira na produção de bens de consumo duráveis na economia brasileira. Entre os anos de 1957 e 1962, que corresponde também a um período de expansão da economia mundial, ocorreu uma etapa de crescimento econômico, baseado principalmente na indústria automotora e no predomínio das inversões diretas estadunidenses.

O período de expansão econômica, contudo, dá lugar a uma crise a partir de 1962, expressando a contradição fundamental do modo como se desenvolvia a economia brasileira. Por um lado, um padrão de reprodução baseado na expansão da indústria, em certas concessões aos setores populares, em um intento de desenvolvimento capitalista independente (encabeçado, principalmente por setores do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) e em um Estado populista. Por outro, um novo padrão de reprodução do capital, baseado no desenvolvimento do setor de serviços, na superexploração, na internacionalização crescente da economia, na monopolização, na manutenção do atraso na agricultura e no requerimento de um Estado “moderno” e “forte”.

Esta crise se prolonga de 1962 a 1967, quando, no nível político, as contradições se agudizam com as discussões em torno das chamadas “Reformas de Base” do governo João Goulart: Reforma Agrária, Urbana, da Empresa, Eleitoral, Administrativa, Fiscal, Tributária, Cambial, da Educação, da Consciência Nacional e a Reforma Bancária¹⁸.

De acordo com Minella (1988), o sentido mais geral desse conjunto de reformas era dar uma nova dinâmica ao capitalismo, superando, desse modo, a crise que pairava sobre a economia brasileira. Entretanto, a Reforma Bancária era fundamental para aportar novos “recursos” à economia nacional.

O governo, a imprensa e, em termos mais gerais, os estudos sobre o sistema bancário brasileiro, vêem a Reforma Bancária de 1964 como o resultado natural de estudos técnicos. Desconsideram, portanto, como bem sinaliza Minella (1988), que essas soluções técnicas foram, na verdade, produto de determinados projetos políticos e, como tal, dotadas de um sentido de classe, em geral, implícito. É o que se pode constatar quando da leitura da longa e tortuosa tramitação da Reforma Bancária no Congresso brasileiro.

A atual configuração do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é fruto de um processo que teve seu início na década de 1940, passando por muitas “idas e vindas”, que culminaram na Reforma Bancária de 1964 (regulamentada pela Lei 4.595, promulgada em 31 de dezembro de 1964), implementada a partir de 1965.

Em 1946, o governo Dutra encomendou um projeto de reforma bancária, que ficou a cargo de Correia e Castro, banqueiro e então Ministro da Fazenda. O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 1947, mas somente em abril de 1954 a Subcomissão de Reforma Bancária da Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados apresentou um substitutivo, cujo relator foi Daniel Faraco. Dois meses depois, tendo recebido trinta emendas, este projeto foi aprovado e retornou às comissões.

Passados alguns anos sem que nada tivesse se alterado, Nogueira da Gama relatou novo projeto substitutivo que, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, em 31 de janeiro de 1959, foi encaminhado à Comissão de Economia, que somente em 20 de junho de 1962 propôs a formação de uma Comissão Especial para emitir parecer a respeito. Em agosto do mesmo ano, o relator desta Comissão,

¹⁸ Dado o objeto deste trabalho, nossa análise recairá sobre a Reforma Bancária, uma vez que é ela quem irá embasar o capítulo que se segue.

Daniel Faraco, apresentou outro projeto substitutivo, e a partir daí tal substitutivo foi objeto de duras discussões no Congresso. Foram apresentadas 118 emendas, além de outros três projetos substitutivos: o de Othon Mader, representando os interesses dos banqueiros; o de Salvador Lossaco, manifestando a posição dos trabalhadores bancários e o de Sérgio Magalhães e outros deputados, expressando a corrente nacionalista (Frente Parlamentar Nacionalista).

Ainda em 1962, como consequência da crise política desencadeada com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, vigorava o regime parlamentarista de governo, com a diminuição do poder das forças sociais identificadas ou representadas pelo governo João Goulart e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Naquele ano, João Goulart, que pretendia enviar ao Parlamento um projeto próprio de Reforma Bancária – mas procurava ganhar tempo até a realização do plebiscito de 1963 –, decretou a formação de um grupo de trabalho para elaborar tal projeto. O então Ministro da Fazenda, Miguel Calmon, tentou adiar a efetivação do decreto, mas as pressões para a criação do grupo se intensificaram, inclusive com uma onda de greves de trabalhadores bancários, resultando na constituição do mesmo em 14 de dezembro de 1962.

O governo, opondo-se às pressões para aprovação da proposta de Daniel Faraco, adiou a discussão da Reforma até o momento em que pudesse apresentar seu próprio projeto. Desse modo, em 12 de dezembro de 1962, a Comissão Especial solicitou uma segunda discussão da referida proposta, para que então fossem enviadas as sugestões que o governo queria apresentar. Mais uma vez, formou-se uma Comissão, presidida pelo PTB, tendo, porém, como relator o deputado do Partido Social Democrático (PSD), José Maria Alkmin, que elaborou proposta cujo ditame e substitutivo foram aprovados pela Comissão em 13 de dezembro de 1963. Neste ano, com a conspiração contra o governo Goulart já em marcha, eram as forças contrárias ao presidente que tratavam de ganhar tempo e adiar qualquer decisão a respeito da Reforma Bancária, pois tinham interesse por uma Reforma que “atendesse melhor” a seus interesses.

Em janeiro de 1964, durante a convocação extraordinária do Parlamento, solicitou-se tratamento prioritário à Reforma Bancária. Entretanto, esta deveria receber parecer da Comissão de Justiça e lá estava quando ocorreu o golpe de Estado. A partir daí, os ministros de Castello Branco procuravam impedir uma

eventual aprovação do substitutivo de José Maria Alkmin pelo Congresso (ainda que por um Congresso mutilado, pois inúmeros parlamentares tiveram seus mandatos cassados pelo governo militar). A Comissão de Justiça votou pela inconstitucionalidade do projeto, sugerindo sua devolução ao Executivo, sob o argumento de que o Governo pudesse se manifestar sobre ele, tendo em vista as modificações profundas das instituições e do próprio Governo. A tentativa de manobra, contudo, foi infeliz, pois em 19 de maio de 1964 o ditame de inconstitucionalidade foi rejeitado pelo Congresso. No dia seguinte, submetido à discussão única, o projeto recebeu trinta e nove emendas, retornando assim à Comissão Especial cuja composição já estava alterada pela nova situação política. Àquela altura, em termos legais-formais, somente através de um novo projeto substitutivo elaborado pela Comissão, o governo poderia apresentar a proposta que desejava ver aprovada pelo Parlamento.

Para isso, o então Ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, formou uma comissão extraparlamentar de cinco pessoas, integrada (pasmese) por banqueiros que haviam participado da realização do golpe. O conteúdo desta nova proposta serviu de subsídio à Comissão Especial, cujo relator foi Ulysses Guimarães, também do PSD, encarregado de apresentar um projeto substitutivo, que veio a ser aprovado pela Comissão em 29 de julho de 1964. Aprovado também por outras Comissões, sua redação foi, enfim, aceita pelo Congresso em 22 de setembro de 1964. O Senado aprovou-o em 23 de novembro, apresentando, contudo, algumas emendas. Em 30 de novembro, a Câmara dos Deputados manifestou-se a respeito das emendas propostas (somente duas foram rejeitadas e uma parcialmente), e em 23 de dezembro foi enviado à sanção pelo Poder Executivo. Finalmente, após cerca de dezoito anos do primeiro projeto, a Reforma Bancária foi regulamentada, através da promulgação da Lei 4.595, em 31 de dezembro de 1964. A Câmara analisou e aprovou os vetos em fins de março de 1965. Obviamente, tendo sido aprovada a proposta elaborada pela comissão formada por banqueiros, a Reforma Bancária de 64 serviu, acima de tudo, para adequar o sistema financeiro nacional aos interesses da burguesia bancário-financeira e, conseqüentemente, favorecer a acumulação privada do capital.

O Banco Central do Brasil, uma das mais importantes criações da Reforma Bancária de 1964, começou a funcionar já em abril de 1965. Até aquele momento, o Brasil não tinha um banco central. O Banco do Brasil, banco comercial, funcionava

também como banco central até 1945, quando foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – uma espécie de embrião do futuro Banco Central do Brasil –, extinta pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

No entanto, após a criação do Banco Central do Brasil e até 1986, o Banco do Brasil – sociedade anônima de capital misto, cujo controle acionário é exercido pela União – era considerado uma autoridade monetária¹⁹, atuando na emissão de moeda no país por meio de acesso direto à Conta Movimento do Tesouro Nacional. Por decisão do Conselho Monetário Nacional, esse privilégio do Banco do Brasil foi revogado, conservando ainda a função de principal agente financeiro do Governo Federal.

Na verdade, a Reforma Bancária não passou de um dos mecanismos de concentração e reorganização do poder do Estado, visando criar condições para a implantação de políticas econômicas que favorecessem a acumulação privada do capital. Desse modo, viabilizou-se uma profunda reestruturação no sistema financeiro nacional, em conformidade com os interesses da nova composição social no poder – frações burguesas nacionais e internacionais.

Em resumo,

Com o projeto de desenvolver no país o capitalismo monopolista e dar suporte ao capital industrial e comercial, o governo brasileiro pós-64 implantou a chamada Reforma Bancária, que marcaria intensamente o processo de acumulação capitalista no Brasil. (JINKINGS, 1995, p. 38)

Após o golpe de Estado em 1964, medidas como incentivos fiscais, controle do crédito, maiores facilidades ao capital estrangeiro²⁰, arrocho salarial, intervenção em sindicatos e cassação de vários deputados apontavam para a recuperação das condições de valorização do capital e para o estabelecimento de novas condições políticas que respondiam aos interesses da nova composição de forças sociais no poder (burguesia financeira e industrial).

O período qualificado pelo governo e pela grande imprensa de “milagre econômico”, que compreende os anos de 1968 a 1973, canalizou, em nível internacional, recursos para o país com predomínio dos empréstimos e financiamentos e um forte incremento da dívida externa brasileira, com sérias

¹⁹ Conjunto de instituições e organizações que estabelecem normas e as executam no sentido de controlar o volume de moeda em circulação, de meios de pagamento e as condições de crédito e de financiamento da economia. Atualmente, as autoridades monetárias são as seguintes no Brasil: Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autoridade do Mercado de Capitais.

²⁰ Como a alteração na lei da remessa de lucros, por exemplo.

consequências posteriores. Nesse contexto, o sistema financeiro nacional foi beneficiado pela Resolução 63/1968 do Banco Central do Brasil, que permitiu às instituições financeiras contrair empréstimos diretamente no exterior para posterior repasse interno.

A intensa expansão do capital financeiro nesse período esteve diretamente articulada ao modelo econômico e político imposto pela ditadura militar. As leis que constituíram a Reforma Bancária converteram-se em poderosos instrumentos institucionais de suporte às políticas econômicas baseadas na concentração de renda e no arrocho salarial. Paralelamente, os mecanismos legais de intervenção estatal²¹ em favor do grande capital incentivaram fortemente a concentração de renda no setor bancário.

Ademais, o Estado estimulava o rebaixamento crescente do valor da força de trabalho bancária, em privilégio da burguesia financeira e industrial que representava – através de medidas repressivas que enfraqueciam diretamente o poder de reivindicação da classe trabalhadora. A partir da análise dos efeitos da política governamental nas relações de classe entre banqueiros e bancários, tem-se que

[...] a partir do golpe de Estado de 1964, a forma de estado burguês dominante no País favoreceu amplamente a burguesia bancário-financeira em suas relações com os trabalhadores bancários. Várias medidas foram adotadas com o objetivo de solucionar, de maneira favorável aos banqueiros, os conflitos e as relações trabalhistas do período. A intervenção nos sindicatos e a perseguição política de seus líderes; a adoção, pura e simples, dos índices oficiais de reajuste salarial abaixo da inflação, sem maior atenção a outras reivindicações; a proibição de greves no sistema bancário; eis alguns dos mecanismos e medidas do Estado para garantir maior acumulação nas mãos dos banqueiros. (MINELLA, 1988, pp. 468-469)

A partir de 1973, com a crise estrutural do capitalismo mundial já em curso, novamente o país se vê diante de uma crise econômica. É de suma importância ressaltar que a burguesia bancário-financeira estava atenta ao contexto político e à sua ação de classe e, através de diversos mecanismos e órgãos²², ultrapassou os meros interesses econômicos para assumir uma explícita dimensão política.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assume o governo e não se propõe a redefinir os contornos do “modelo brasileiro”; entretanto, inevitavelmente, a realidade

²¹ Como, por exemplo, as políticas de controle salarial e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como substituto do regime de estabilidade no emprego (JINKINGS, 1995).

²² Como, por exemplo, a Federação Nacional dos Bancos (FENABAN), fundada em 1966, e a Federação Brasileira de Associação de Bancos (FEBRABAN), instituída em 1967. Além das federações, os Congressos Nacionais de Bancos são parte fundamental da estrutura e dinâmica organizativa da burguesia bancário-financeira no Brasil (MINELLA, 1988).

da crise impôs mudanças e algumas metas tiveram de ser redefinidas, principalmente em relação à indústria de base – que não chegou a se concretizar –, às alternativas energéticas e a uma maior diversificação das relações comerciais externas.

O setor bancário-financeiro, mais uma vez, se beneficia das novas medidas econômicas adotadas pelo desenvolvimento energético alternativo e o comércio exterior, seja pela participação através de financiamentos, seja pela implantação ou associação com empresas em tais áreas.

As contradições interburguesas – expressas, por exemplo, pela renúncia de alguns ministros de Geisel e pelas manifestações políticas de vários empresários do grande capital nacional –, somadas ao avanço e conquistas das forças políticas opositoras, levaram o governo a sofrer um constante debilitamento. As manifestações pela redemocratização do país se ampliam, a partir de 1978, e as mais diversas forças sociais unem seus esforços para atingir tal objetivo.

Em 1979, o general João Batista Figueiredo assume o poder, declarando sua intenção em dar continuidade ao processo de redemocratização (pelo alto) do país. Naquele ano, ocorreu a anistia política e desencadeou-se o processo de reformulação partidária, que liquidou com o bipartidarismo legal vigente desde 1965. Emergiram no cenário político novos e velhos partidos, e o Congresso Nacional começou a reassumir, lentamente, sua importância política. A burguesia bancário-financeira, sempre atenta à conjuntura político-econômica, tratou de garantir, e até controlar, seu espaço político.

As contradições interburguesas e o avanço político das mais diversas organizações (que expressavam o interesse de um amplo conjunto da população brasileira) marcaram as relações e conflitos de classe no Brasil ao final dos anos 70. Não se deve esquecer, entretanto, que como pano de fundo de tal situação estava a crise econômica que, com variantes conjunturais, ainda permanecia no período e para a qual a burguesia ainda não encontrara uma saída capaz de levar à sua superação e responder aos requerimentos do conjunto dos interesses burgueses.

Contudo, este contexto não impediu que a burguesia bancário-financeira consolidasse sua hegemonia econômica e, à medida que se expandia e diversificava o sistema financeiro nacional, solidificava-se o predomínio da esfera financeira sobre a produtiva e aumentava o peso econômico do setor.

Já a partir do final dos anos 60, a rede bancária, com a crescente diversificação de suas atividades, passou, dentre outras funções, a centralizar os serviços de arrecadação de impostos e taxas e de cobrança para empresas públicas e privadas. O *portfólio* de serviços oferecidos à população e o crescimento da concorrência interbancária colocaram as agências em posição de destaque frente ao conglomerado financeiro a que estavam vinculadas, transformando-as em verdadeiros pontos de venda de produtos e serviços bancários. Nesse contexto, para atrair clientes, aperfeiçoam-se os serviços de atendimento ao público e boa parte dos funcionários especializa-se na venda desses produtos; ao tempo em que aumenta visivelmente o número de mulheres alocadas nas agências, desempenhando tarefas ligadas ao atendimento.

Dessa maneira, intensificava-se o processo de racionalização do sistema bancário, o que exigiu mudanças organizacionais que possibilitassem o controle das atividades desenvolvidas pelos bancos (dispersas geograficamente em um momento em que os bancos adquiriam caráter nacional). A centralização do processo administrativo pelas matrizes bancárias ocorria concomitantemente à descentralização dos serviços prestados nas agências. Isso criou a necessidade de padronização de rotinas e serviços bancários, instituindo-se normas rígidas divulgadas nas agências através de manuais de instrução e regulamentos internos dos bancos. Em 1967, o Banco Central do Brasil homogeneizou os procedimentos contábeis dos bancos, fator determinante para que se desenvolvesse na atividade bancária um alto grau de normatização.

Entra-se, aqui, em um assunto de grande relevância quando se trata de temas relacionados ao setor financeiro: a automação bancária. São essas condições organizacionais (centralização de processo administrativo, descentralização de serviços em agências, padronização de rotinas etc.) que vão estimular e possibilitar a automação bancária no Brasil. Segundo Jinkings (1995)²³, os três principais fatores que levaram a esse processo foram: a) aumento de mercado, com possibilidade de atração de maior número de clientes (com crescimento da captação de recursos) através da oferta de novos produtos e de melhor qualidade, sob o discurso da “eficiência e rapidez”; b) agilização do fluxo de informações para a administração, facultando uma aplicação dos recursos disponíveis com maior prontidão e, portanto,

²³ Conforme relatório da CEAB (Comissão Especial n.º 15 de Automação Bancária).

incrementando a rentabilidade dos bancos; e c) redução de custos, através do aumento da produtividade do trabalho.

Nas décadas de 70 e 80, a internacionalização financeira vinculou-se à dinâmica produtiva e desenvolveu-se mediante o endividamento externo das empresas, em um contexto de rápida expansão do sistema financeiro internacional privado. Entretanto, o desenvolvimento “normal” do mercado financeiro fez com que surgissem vários conglomerados financeiros, controlando diversas empresas com personalidade jurídica própria, cada uma se especializando em um segmento do mercado financeiro. Ao longo do tempo, estes conglomerados passaram a desenvolver mecanismos que transformavam, na prática, o conglomerado em uma única empresa, a despeito de restrições legais existentes que tinham de ser, então, contornadas (essa prática acabou por levar à criação do banco múltiplo). As críticas à regulamentação do sistema financeiro nacional, por parte da burguesia bancário-financeira, começaram então a ganhar espaço.

Para Jinkings (2002), a temática da desregulamentação do sistema financeiro se destacou no decorrer dos debates que culminariam na Constituição de 1988. Os representantes da burguesia bancário-financeira contrapunham-se a importantes aspectos da nova Constituição. Exigiam a desregulamentação e a desestatização do sistema financeiro nacional. Segundo eles, o governo brasileiro favorecia as instituições financeiras estatais em detrimento dos bancos privados. Argumentavam que já estava na hora de acabar com esse regime de concorrência desigual e pôr fim às barreiras erguidas ao longo dos anos pela burocracia.

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 1524, de 21/09/1988, introduziu uma reforma importante no sistema financeiro com a criação dos bancos múltiplos²⁴. Esta Resolução permitiu que os bancos comerciais, de investimentos ou desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as sociedades de crédito imobiliário se reorganizassem como uma única instituição financeira, o banco múltiplo. Concretamente, isso significou a legalização de um formato que já vinha sendo adotado pelos conglomerados financeiros. Na euforia gerada por estas medidas (com a redução de barreiras à entrada de novas empresas no sistema financeiro através da eliminação das cartas

²⁴ *Instituição financeira que opera com mais de uma carteira. De acordo com as regras estabelecidas pelo CMN e o BACEN, os bancos múltiplos devem constituir-se com no mínimo duas das seguintes carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: 1) comercial; 2) de investimento e/ou de desenvolvimento, esta última exclusiva para bancos públicos; 3) de créditos imobiliários; 4) de crédito, financiamento e investimento; 5) de arrendamento mercantil.* (SANDRONI, 2003, verbete **Banco Múltiplo**).

patentes) multiplicou-se o número de bancos; os quais passaram de 120, em 1987, para cerca de 243, em 1993 (CNB/CUT/DIEESE, 2001). Afinal, a rolagem dos títulos da dívida pública, os ganhos inflacionários e a possibilidade de participar do mercado interbancário “democratizaram” o mercado, constituindo um espaço de fácil valorização e baixo risco para o capital nele investido.

Até meados de 1994, os bancos conviviam com uma economia relativamente fechada e com duas fontes cativas de receitas: os ganhos com receitas de inflação (*floating*) e com as operações com títulos da dívida pública. Após julho de 1994, com o Plano Real, a queda da inflação praticamente eliminou os ganhos com o *floating* e houve uma crescente exposição à competição internacional. A receita com os títulos da dívida pública parece ainda ter vida longa, devido às dificuldades presentes no equacionamento dos problemas fiscais e financeiros do setor público. Entretanto, esse novo cenário econômico impõe aos bancos uma necessidade de reestruturação.

Faz-se necessário explicitar que essa reestruturação diz respeito não apenas à forte introdução de inovações tecnológicas ou à busca de novos nichos de mercado para manutenção das altas taxas de lucratividade. Ela diz respeito, sobretudo, a um severo enxugamento no quadro de pessoal dos bancos e a uma mudança no perfil do trabalhador bancário, que se vê compelido, intimado a transformar-se em bancário-vendedor (Cf. Cap. III).

Neste contexto, desde o governo Fernando Collor (1990-1992), um movimento de abertura comercial e financeira atrelava cada vez mais a política econômica e monetária brasileira aos interesses do grande capital transnacional, representado por organismos financeiros internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com efeito, o Brasil se inseria de modo subordinado e dependente na atual fase de internacionalização do capital. As estratégias política e econômica do governo Collor desenvolveram-se e concretizaram-se num amplo programa de “estabilização” e reformas institucionais de cunho liberalizante, cujos fundamentos seriam mantidos e aprofundados nos governos posteriores, inclusive no governo Lula da Silva.

O Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, sob a alegação da importância da solidez do setor bancário para o processo de estabilização, vêm desenhando um novo perfil para o setor, ou seja, quando se observa o conteúdo das ações das autoridades monetárias após o Plano Real, que em tese seria

determinado por esse processo de estabilização, percebe-se que há desdobramentos que apresentam impactos muito importantes que refletem em questões além das colocadas pelo Plano Real, expressando a defesa deste novo formato, qual seja, um setor bancário com um segmento privado mais forte, mais internacionalizado e menos público.

A ação do Estado viabilizou a adaptação dos bancos ao novo cenário macroeconômico ao criar novos espaços de valorização do capital, tais como a liberação da cobrança de tarifas bancárias, a expansão da dívida pública (conseqüência direta da opção pela estabilização com âncora cambial e juros elevados) e os incentivos e financiamentos para a reestruturação administrativa e para a aquisição de bancos em dificuldades e de bancos públicos estaduais em processos de privatização. Dessa forma, ocorreu uma redução de 20% no total de bancos de junho de 1994 a dezembro de 2000, passando de 246 para 197 instituições. Conforme a tabela abaixo, nota-se uma grande redução no número de bancos públicos (federais e estaduais), e maior presença de bancos com controle estrangeiro.

TABELA 1

Brasil – 1994/2000

Bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e caixas econômicas em funcionamento

Instituições	Junho de 1994	Dezembro de 2000
Bancos Públicos Federais	6	5
• Múltiplos e Comerciais	4	3
• De Desenvolvimento	1	1
• Caixa Econômica Federal	1	1
Bancos Públicos Estaduais	34	17
• Múltiplos e Comerciais	26	13 (1)
• De Desenvolvimento (2)	7	4
• Caixa Econômica Estadual	1	0
Bancos Privados Nacionais	147	76
Filiais de Bancos Estrangeiros (Comerciais)	19	13
Bancos com Controle Estrangeiro	19	59
Bancos Privados Nacionais com Participação Estrangeira	31	27
Total	246	197

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Linha Bancários

1- Incluindo os seis bancos federalizados. 2- Incluindo o BRDE, de controle interestadual.

A redução do número de bancos privados nacionais demonstra o processo de concentração do setor, que teve seu período mais difícil logo no início do Plano Real, quando algumas instituições apresentaram dificuldades de adaptação ao novo cenário macroeconômico, em decorrência de sua fragilidade patrimonial e operacional, evidenciada com o fim dos ganhos com *floating*.

Ameaçados por essa perda, os bancos desenvolveram uma série de novas estratégias, com vistas a manter seus lucros. Para isso, diversificaram o *portfólio* de produtos e serviços ofertados e constituíram um eficiente sistema de cobrança de tarifas bancárias, passando a cobrar por serviços até então gratuitos, como extratos bancários, emissão de cheques de baixo valor, renovação de cadastro de cheque especial, manutenção de cartão magnético, entre outros. A crescente imposição de cobrança pelos serviços bancários conjugada a uma política de contenção nos gastos de pessoal, contribuiu para aumentar o grau de eficiência dessas instituições, segundo alguns padrões definidos pelo mercado financeiro. Nos anos de 2004 e 2005, as receitas de prestação de serviços superaram as despesas de pessoal no setor bancário.

Segundo dados do DIEESE (Subseção do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário – SEEB – do Distrito Federal – DF), as receitas de prestação de serviços no setor bancário brasileiro totalizaram R\$ 35 bilhões, contra R\$ 33 bilhões registrados com despesas de pessoal. No ano de 2005, os valores registrados foram R\$ 41 bilhões e R\$ 36 bilhões, respectivamente. Essa tendência se mantém até os dias atuais; inclusive para alguns bancos estatais, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que a partir de 2006 passaram a “cobrir” suas folhas de pagamento apenas com receitas oriundas de tarifas cobradas sobre prestação de serviços.

O ganho com *spread* se constituiu em outra importante fonte de receita para os bancos: trata-se da diferença entre o custo da captação (percentual que a instituição financeira remunera o poupador) e os juros cobrados na concessão do crédito (este último geralmente muito mais alto).

A venda de produtos e serviços, que transformou as agências em verdadeiros supermercados e trouxe graves consequências aos trabalhadores bancários (Cf. Cap. III), é outro forte instrumento de captação de recursos e fonte de receita.

Em resumo, com a estabilidade dos preços, as receitas de inflação (*floating*), antes apropriadas pelos bancos, são substituídas pela gradativa cobrança de

prestação de serviços, por ganhos com *spread* e pela venda de produtos e serviços bancários. Este quadro, mais uma vez, é favorável não à sociedade ou aos bancários, mas aos banqueiros, que registraram lucros recordes a partir de 2005²⁵. Lucros estes que contrastam com a privação da grande maioria de sociedade que, de um lado, se vê compelida ao pagamento de elevadas taxas de juros e serviços bancários e, de outro, submetida a uma injusta estrutura tributária que sobrecarrega os trabalhadores com a cobrança de impostos, cujo destino, muitas das vezes, é o pagamento de juros da dívida pública junto aos próprios bancos.

Diante do exposto, depreende-se que o elevado retorno da atividade bancária revela que o setor financeiro brasileiro, no passado e no presente, é sempre um dos principais beneficiários da política econômica do país, uma vez que consegue maximizar seus resultados numa economia que convive com taxas modestas de crescimento há quase três décadas.

Os altos lucros dos bancos, que, aliás, parecem imunes a toda e qualquer crise político-econômica, não traduzem e tampouco refletem melhores condições de vida e trabalho para os bancários. O que ocorre é exatamente o inverso: o clima de insegurança e instabilidade cresce a cada dia, assim como a pressão degradante pelo cumprimento das metas impostas pelos gestores – que se transformaram em verdadeiras personificações do capital.

E a situação é ainda mais grave quando se analisa os impactos dessas mudanças na vida pessoal dos bancários. O número de trabalhadores acometidos por doenças como depressão, alcoolismo, *stress* é cada vez maior (JINKINGS, 2002). Esse universo de trabalho heterogêneo e fragmentado, imerso no seio dessa realidade social antagônica, revela o modo de ser contraditório da consciência do trabalhador bancário: nele, as formas de rebeldia (cada vez mais escassas) que emergem no cotidiano do trabalho e se expressam muitas vezes na luta sindical mesclam-se com manifestações de subordinação, resignação ou adesão desses trabalhadores aos interesses do capital (Idem, 1995), justificadas, na maioria das vezes, pelo medo diário do desemprego.

²⁵ O lucro líquido dos principais bancos do país em 2005 – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Unibanco – registrou um expressivo crescimento de 49% em relação ao ano de 2004, totalizando R\$ 18,8 bilhões. Dentre eles, os dois maiores bancos privados, Bradesco e Itaú, apresentaram os maiores resultados, contabilizando lucros líquidos de R\$ 5,5 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, respectivamente. (DIEESE, 2006)

CAPÍTULO III

O SETOR BANCÁRIO NA NOVA ORDEM DO TRABALHO

É neste cenário de acirramento da concorrência internacional e de relativa estabilização da moeda no país que os bancos diversificaram seus produtos e serviços e desenvolveram novas estratégias mercadológicas e de rentabilidade. Simultaneamente, intensificaram seus investimentos em tecnologia, com vistas a reduzir custos operacionais e elevar a produtividade do trabalho. Este complexo processo de transformações institucionais e estruturais do sistema financeiro nacional veio acompanhado de mudanças derivadas dos movimentos intensivos de reorganização do trabalho nos bancos.

Desse modo, as novas formas produtivas constitutivas do novo padrão de acumulação capitalista, a acumulação flexível, incidem drasticamente sobre a organização, o conteúdo e as condições de trabalho dos bancários (JINKINGS, 2002). Em um quadro de crescentes índices de desemprego e subemprego no setor,

muitos bancários sujeitam-se à sobrecarga – e ao acúmulo – de tarefas e ao prolongamento de suas jornadas diárias, em uma realidade de trabalho marcada pelo medo, insegurança, desgaste da saúde, suicídios etc.

Assim,

Neste contexto, que conjuga intensa reestruturação no sistema financeiro internacional e nos sistemas bancários nacionais com transformações produtivas que agravam e aperfeiçoam a exploração capitalista do trabalho, os bancários vivem a instabilidade do emprego e a intensificação do trabalho, de modo singular. De fato, esta fração da classe trabalhadora, diretamente vinculada aos movimentos do capitalismo mundial dominados pela esfera financeira – já que lida, na sua atividade diária, com o capital-dinheiro que circula globalmente na forma de impulsos eletrônicos –, está entre os mais atingidos pelas mudanças atuais no modo como o capital se reproduz. (JINKINGS, Op. Cit., p.39)

Em 1993, o documento *Qualidade em atendimento*, elaborado pela Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), a partir da identificação de “problemas”²⁶ na área de atuação dos bancos, indicou as seguintes ações estratégicas:

- Reengenharia de processos, com redução de força de trabalho;
- Seletividade na prestação de serviços ao setor público;
- Orientação dos usuários dos serviços para o auto-atendimento e formas alternativas de atendimento²⁷;
- Reciclagem de recursos humanos e redução da rotatividade;
- Revisão do *layout* das agências.

Na verdade, este documento não passou de um manual, de um receituário, que serviu para orientar a constituição de um novo modelo de sistema bancário no país. E logrou êxito em seus objetivos. A partir do *Qualidade em atendimento* e até os dias atuais, o sistema bancário nacional adota, de modo contínuo e acelerado, um conjunto de políticas direcionadas à diminuição de custos administrativos, ao aumento da produtividade do trabalho e à mudança do perfil operacional dos bancos (e, com conseqüências mais graves, à mudança no perfil do trabalhador bancário). Este modelo, concebido segundo o “manual” da FEBRABAN – e com total aval dos governos federais (FHC e Lula) –, é caracterizado por densa concentração do capital

²⁶ Os “problemas” eram relativos à: a) inadequação entre o processo de automação, a qualificação do trabalhador bancário e o nível de informação cliente-usuário; b) à massificação do atendimento, com grande volume de serviços de baixa rentabilidade prestados ao conjunto da população, convertendo os bancos em “guichês da sociedade”. (*Qualidade em atendimento*, FEBRABAN, 1993).

²⁷ Assiste-se, hoje em dia, a um verdadeiro “vale-tudo” para impedir a entrada de usuários e clientes com baixo poder aquisitivo nas agências: são farmácias, supermercados, casas lotéricas, correios, para citar alguns exemplos, que, através de convênios firmados com os bancos, executam serviços de pagamento e recebimento, antes exclusivos dos bancos.

privado, altamente informatizado, empregando força de trabalho mais escolarizada (nem por isso melhor remunerada), tendo como epicentro da atividade o negócio e a venda de produtos e serviços a clientes discriminados e selecionados segundo critérios de renda e patrimônio financeiro.

Inspiradas nos pressupostos dos programas de “qualidade total” (característicos do toyotismo), segundo os quais produzir com qualidade significa produzir com maior produtividade a custos reduzidos, as políticas direcionadas aos negócios e vendas de produtos e serviços são acompanhadas de medidas de “qualidade no atendimento”. Igualmente, ressalta Jinkings (Idem), vão-se instituindo ajustes organizacionais que se fundamentam na intensificação tecnológica, em práticas flexíveis de remuneração e de contratação da força de trabalho (registre-se aqui a grande difusão das terceirizações) e na adoção de programas de “qualidade total”. Por tudo isso, com implicação direta em profundas modificações nas relações de trabalho no interior das instituições financeiras, o emprego bancário vai sendo drasticamente afetado:

Com o suporte teleinformático, desativam-se os grandes centros de processamento de dados, de serviços e de compensação, que reuniam numerosos contingentes de bancários nos anos 60, 70 e 80. As agências bancárias diminuem em porte e quantidade, tendendo a se transformar em pequenas lojas informatizadas de “produtos” e serviços financeiros. Enquanto cresce o desemprego e se difunde a prática da terceirização da força de trabalho no setor financeiro, o número de assalariados formalmente contratados nos bancos é cerca da metade do que foi na década de 80. (JINKINGS, Op. Cit., p. 82).

A difusão de práticas flexíveis de organização e contratação do trabalho, referenciadas no modelo produtivo japonês, implicou em um grande crescimento da subcontratação e da terceirização nos anos 90, em nosso país, sobretudo no que diz respeito ao setor bancário, gerando uma grande redução no número de trabalhadores daquele setor.

Com relação às “razões” da redução do emprego bancário no Brasil, podem-se destacar algumas de maior relevância. Tem-se, em primeiro lugar, a *automação*, que permitiu eliminar a interferência direta do trabalhador em uma série de tarefas que compõem o trabalho bancário. Somente nos anos de 1998 e 1999 foram investidos cerca de R\$ 4,3 bilhões em infra-estrutura de telecomunicações e informática (DIEESE, 2001). Alguns dos grandes bancos, como o Banco do Brasil e

o Itaú, já divulgaram que mais de 70% de suas transações são realizadas via auto-atendimento e atendimento remoto.

Ao se fazer uma ligação entre a questão da automação bancária e o aumento na cobrança de tarifas sobre serviços prestados, tem-se uma conjugação de fatores que se constitui em uma eficiente ferramenta nas mãos dos banqueiros, possibilitando um monumental aumento da produtividade e dos lucros bancários: através dos sistemas *on-line* (que articulam instantaneamente as agências), dos sistemas *home banking* (que conectam diretamente o computador do cliente ao banco) e das salas de auto-atendimento²⁸, os “consumidores” têm a ilusão de interagirem diretamente com os bancos. Na verdade, eles contribuem, freqüentemente sem saber (e o que é pior: pagam por isso, literalmente, através das altas tarifas bancárias) para o enxugamento, a precarização e o desemprego. E, “ao executar esse *trabalho bancário transferido*, contribuíram para que o número de bancários no país caísse de aproximadamente 800 mil no final dos anos de 1980 para menos de 400 mil em fins de 1990” (ANTUNES, 2004, p. 80).

As novas formas de organização do trabalho no interior dos bancos se constituem em outro elemento importante na redução de empregos neste setor. Geralmente, dispensando o trabalho de controle e supervisão exercido pelas chefias intermediárias (supervisores de bateria de caixas, supervisores de auto-atendimento, chefes de tesouraria etc.) e criando grupos de trabalho que assumem novas tarefas e se responsabilizam por sua execução, ou simplesmente transferindo atribuição e responsabilidade a outro funcionário (promovendo, assim, o “famoso” acúmulo de função), vem se aperfeiçoando, ao longo do tempo, uma forma de organização no interior das empresas bancárias que modifica as rotinas de trabalho e o conteúdo das funções. É o que o mercado chama orgulhosamente de polivalência. Ser um trabalhador polivalente – leia-se: capaz de absorver e realizar tarefas que antes eram divididas entre três, quatro ou até cinco trabalhadores – tornou-se requisito básico para sobrevivência e manutenção do emprego nos bancos²⁹.

A *terceirização* também representa uma nova forma de organização dos serviços bancários, constituindo-se em um dos principais instrumentos para redução de custos com força de trabalho. Os processos de terceirização, que inicialmente concentraram-se em atividades consideradas não essencialmente bancárias

²⁸ Atualmente, essa área, bem definida, separada do corpo da agência, é planejada de forma a inibir a entrada de clientes no interior da mesma.

²⁹ Na verdade, não só nos bancos. Essa é uma exigência do atual mercado de trabalho em geral.

(serviços de telefonia, limpeza e segurança, para citar alguns), têm-se disseminado e aprofundado. Os bancos vêm transferindo várias atividades tradicionalmente executadas por bancários – processamento de dados, compensação de cheques, microfilmagem, tesouraria, atendimento, cobrança, serviços de retaguarda etc. – para outras empresas; o que geralmente acaba tornando mais precárias as condições em que o trabalho é executado, pois as relações trabalhistas dos terceirizados não são reguladas pelas normas da Convenção Coletiva de Trabalho dos bancários³⁰.

O *processo de fusões e incorporações* é outro fator de relevante importância que tem provocado o corte de emprego entre os bancários. A junção de duas ou mais estruturas permite eliminar os segmentos responsáveis por tarefas realizadas em duplicidade pelas instituições. Assim, a cada fusão ou incorporação, ou até mesmo quando da privatização de bancos estatais, é “comum” setores como os de contabilidade, recursos humanos e *marketing*, por exemplo, sofrerem forte redução no quadro de pessoal. O objetivo dessas operações, naturalmente, é obter ganhos de escala com redução de custos.

Não se pode deixar de fora o *não-cumprimento da jornada de trabalho* a que o bancário é freqüentemente submetido. A despeito dos pontos eletrônicos, que na teoria impediriam o bancário de trabalhar fora do horário que compreenda sua jornada de trabalho, não é difícil identificarmos vários pontos que comprovam seu descumprimento. Afinal, toda e qualquer atividade cujo funcionário não necessite efetivamente estar *logado* ao sistema *on line* do banco pode ser realizada fora do horário de trabalho. Eis alguns exemplos: chegar antes do horário, nos dias de pico (normalmente os dez primeiros dias úteis de cada mês), para auxiliar clientes e usuários nas salas de auto-atendimento; abertura de envelope e contagem de dinheiro para agilizar o processamento dos depósitos efetuados via terminal de auto-atendimento (nas agências onde este serviço ainda não foi terceirizado); organização, conferência e até mesmo arquivo de dossiês de clientes; arquivo de cartões de autógrafos nas baterias de caixas; telefonemas para clientes para realizar cobrança ou oferecer produtos etc. Essa prática, sem dúvida, contribui para a diminuição do número efetivo de empregos mantidos pelos bancos.

³⁰ Grande número de empresas que prestam serviços terceirizados aos bancos se utiliza da Lei 9.601/98, que permite a contratação por meio de contrato temporário de trabalho (Cf.Cap. I).

A subcontratação da força de trabalho é mais um mecanismo essencial de reestruturação nas instituições bancárias. Dessa maneira,

Seja na forma de terceirização, de trabalho por tarefas ou em tempo parcial, este novo padrão de relação salarial significa precariedade do emprego e do salário, desregulamentação das condições de trabalho e perda de direitos sociais para a grande maioria dos trabalhadores. Do ponto de vista do capital, essas formas de contratação adaptam-se perfeitamente aos seus objetivos de autovalorização, na medida em que permitem às empresas ganhos enormes de lucratividade e, simultaneamente, atingem fortemente a capacidade de resistência da classe trabalhadora, fragmentando-a e dificultando sua organização sindical. (JINKINGS, 2002, p. 132)

Todavia, as transformações nos bancos não se limitam a reduzir o quadro de pessoal das empresas: elas abrangem, também, importantes modificações nas relações de poder no interior dos bancos. Disseminam-se, nos locais de trabalho, novas práticas de poder organizacional, embasadas em estratégias de dominação que visam aprofundar a subordinação do trabalho ao capital – mascarando, ao máximo, os mecanismos coercitivos das empresas, dos quais a “qualidade total” e a “remuneração variável” são os melhores exemplos.

A busca da adesão absoluta do trabalhador, de “corpo e alma”, às estratégias mercadológicas das empresas e a concessão de prêmios de produtividade, a partir de metas estabelecidas pelas gerências, constituem-se na base das novas formas de controle e dominação do trabalho. Assim, o “vestir a camisa” torna-se imprescindível para o aumento da produtividade, através de táticas mascaradas sob o discurso patronal de “participação”, “qualidade total”, “competitividade”. Esta prática estimula e promove, com rapidez, uma concorrência desenfreada nos ambientes corporativos, fazendo com que os bancários vejam no colega de trabalho não um companheiro, mas um concorrente, quase um “inimigo a ser combatido”.

Essas novas formas de controle e dominação do trabalho podem ser observadas também quando se fala das greves da categoria. Em outros tempos, a greve dos bancários era capaz de provocar um verdadeiro caos para a economia do país. Contas sem poder serem pagas, dinheiro sem poder ser sacado, impossibilidade de se fazer depósitos para cobertura de cheques emitidos, enfim, um grande transtorno. Atualmente, pelo menos três fatores fazem com que a greve dos bancários passe quase que despercebida pelo conjunto da sociedade: o elevado nível de automação e informatização do setor, que permite aos clientes realizarem operações sem precisarem dirigir-se às agências bancárias; a terceirização dos

terminais de auto-atendimento, que não deixam “faltar” dinheiro nas máquinas, uma vez que são abastecidas e monitoradas por empresas privadas (transportadoras de valores); e os convênios firmados com supermercados, farmácias etc., para recebimento de contas diversas. Essas empresas terceirizadas e esses correspondentes bancários, que não entram em greve, em muito contribuem para que os efeitos de uma greve da categoria sejam cada vez mais minimizados.

Soma-se a isso o fato de as greves, propriamente ditas, estarem cada vez mais enfraquecidas, consequência direta da desmobilização sindical e da pressão que os bancários vêm sofrendo (sobretudo a ameaça do desemprego).

Em maio último, o Banco do Brasil anunciou uma reestruturação, chamada pela direção do banco de “Ações Estruturantes”, com vistas a tornar o BB mais competitivo e adequá-lo às práticas de mercado. Na verdade, tudo não passou de um pacote de medidas de terceirização de serviços, redução de dotações, extinção de órgãos regionais, eliminação de negócios menos rentáveis e eliminação de postos de trabalho. O pacote contemplava também um Plano de Afastamento Antecipado (PAA), cujo objetivo era atingir um universo potencial de cerca de 12 mil funcionários. Esgotado o prazo de adesão ao plano, contabilizou-se, aproximadamente, 7 mil aposentadorias antecipadas. Imediatamente após este processo, o banco anunciou a convocação de funcionários concursados e a realização de novos concursos públicos. Ora, a explicação para esta medida é bastante simples: aos funcionários admitidos após 1998 são negados certos direitos e benefícios (como licença-prêmio, vantagens em caráter pessoal que tornam o salário dos “antigos” maior que o dos “novos”, ainda que desempenhem a mesma função etc.) que fazem com que esses trabalhadores constituam-se em mão-de-obra muito mais barata que os funcionários admitidos anteriormente àquela data.

Aliás, a luta pela isonomia entre o que os bancários do BB chamam de “antigos” e “novos” funcionários é algo que vem se discutindo exaustivamente no interior do movimento sindical e para o qual o banco não apresenta, sequer, uma proposta consistente e satisfatória³¹.

Além da saída por aposentadoria antecipada, de cerca de 7 mil funcionários, houve a extinção de 4.284 postos de caixas executivos e 602 postos de trabalho nas agências do BB em todo o país. Várias agências do BB terão apenas 1 caixa em seu quadro de pessoal. O fim da substituição de cargos comissionados é outra

³¹ Situação semelhante ocorre na Caixa Econômica Federal.

medida adotada pelo banco que gerou indignação e revolta no funcionalismo. Afinal, a proibição da substituição de comissionados imposta, além de prejuízo financeiro aos trabalhadores, vai aumentar a sobrecarga de trabalho. E acarretará um verdadeiro desvio de função, posto que os funcionários exercerão várias atividades sem a devida remuneração.

Este intenso movimento de transformações altera profundamente as condições de existência dos trabalhadores bancários e os traços constitutivos desta categoria profissional. A reestruturação do sistema bancário nacional, à medida em que exclui, com maior frequência, os trabalhadores considerados menos qualificados ou não adaptados aos princípios empresariais da “qualidade” e da “excelência”, valoriza os profissionais com capacidade de gerenciamento, hábeis em vendas e capazes de “compreender” os movimentos do mercado financeiro.

A análise até aqui realizada pode ser corroborada pela entrevista gentilmente concedida pelo bancário e sindicalista Cyro Garcia³², em outubro de 2006.

Roberta - *Em "A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)", Ricardo Antunes afirma que o governo Lula é uma continuidade do governo FHC, que por sua vez expressou uma nova racionalidade do neoliberalismo iniciado de modo aventureiro por Collor. Você concorda? Poderia comentar?*

Cyro Garcia - *Na verdade, o PT já vinha sendo cooptado pelo projeto neoliberal desde a década de 90. No processo de privatização do governo FHC, que foi o principal carro-chefe do neoliberalismo naquele governo, o PT através dos fundos de pensão: PREVI; PETROS; FUNCEF; TELOS etc..., que eram co-geridos por patrões e sindicalistas ligados ao PT, assumiu o papel de acionista minoritário. Com a vitória de Lula, o PT apenas assumiu o papel de acionista majoritário, se lançando prontamente a implementar a agenda neoliberal. A mencionada inauguração de uma nova racionalidade se dá pelo fato de que o governo Lula tem ao seu dispor a cooptação dos movimentos sociais organizados: CUT; UNE; direção do MST; dentre outros, que facilitam a implementação deste projeto.*

R - *De acordo com Nise Jinkings (2002), "... sob a volátil forma de impulsos eletrônicos, o capital-dinheiro circula em 'tempo virtual' de uma parte a outra do*

³² Cyro Garcia é bancário, sindicalista, professor, Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense e presidente estadual do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU – no Rio de Janeiro.

mundo, quanto mais se desenvolve o mundo (destrutivo) da financeirização. Operando e manipulando símbolos de valor cada vez mais abstratos, desconhecendo freqüentemente o 'télós' último de suas atividades, seccionados e fragmentados como máquinas falantes, os trabalhadores são compungidos a "vender serviços bancários de todo tipo", para poderem "pagar seus próprios salários", como dizem de modo despuerado os gestores e as personificações do mundo financeiro". Cyro, como você descreveria essa mudança no interior dos bancos, sobretudo na relação empresa-funcionário?

CG - *Ao longo da década de 90 o sistema financeiro sofreu uma brutal transformação no seu perfil. Com a automação e a introdução de novas tecnologias deu-se um processo de demissão e terceirização em massa. Os bancários transformaram-se em meros vendedores de produtos do sistema financeiro, submetidos a metas desumanas geradoras de uma legião de doenças ocupacionais: stress; depressão; LER-DORT; cardiopatia; alcoolismo; etc.*

O Banco do Brasil inclusive tentou mudar o nome de suas agências para "lojas bancárias", acarretando uma grande reação do funcionalismo, o que fez com que essa idéia fosse abandonada.

Os bancários tornaram-se instrumentos do capital financeiro com vistas ao aumento de sua produtividade, em detrimento de uma posição existente, pelo menos nos bancos estatais, de que "os recursos humanos eram o bem mais valioso da empresa". Já nos bancos privados a política de super-exploração sempre foi implementada, ainda que em dose menores que nos dias atuais.

R - *Richard Sennett (1998) diz que estamos presenciando, nesse universo de degradação do trabalho, um processo de "corrosão do caráter", que, sabemos, atinge em enorme escala os gerentes, gestores, enfim, as personificações do capital financeiro. Diante do enfraquecimento dos sindicatos, das terceirizações, das precarizações, dos estressamentos, das incertezas, do medo diário do desemprego, diante de tudo isso, como combater esse sistema desalmado e desumano que aterroriza diariamente os trabalhadores bancários? Há alguma saída ou essa lógica é inevitável?*

CG - *Esta "corrosão de caráter" dos gestores e dos gerentes se materializou no chamado "assédio moral" responsável pelo adoecimento de tantos bancários.*

Esta prática tem sido combatida, inclusive juridicamente, e este combate só não tem mais eficácia devido à cooptação da ampla maioria dos dirigentes sindicais por parte do governo e dos patrões. Entretanto não podemos encarar esta situação com uma lógica conformista, como se fosse inexorável. Ao contrário, é necessário que sejam construídos instrumentos que possibilitem a mudança deste quadro. Neste sentido existe uma discussão que está sendo implementada em nível nacional pelo MNOB (Movimento Nacional de Oposição Bancária) sobre a necessidade de se construir uma alternativa de direção à política colaboracionista das direções tradicionais da categoria bancária: CUT/CONTRAF e CONTEC. A proposta é a criação de uma Associação Nacional Bancária que encaminhe as lutas e as reivindicações da categoria, inclusive melhores condições de trabalho, com autonomia e independência em relação ao governo e aos patrões. Com uma férrea organização de base é possível reverter a situação da categoria.

Conforme já mencionado anteriormente, a análise realizada neste estudo não pretende exaurir o debate sobre as transformações no mundo do trabalho. Entretanto, pretende, ao menos, se constituir em um convite, para o seu eventual leitor, para que se pense sobre o quão grave é a situação em que se encontra o mundo e a classe que vive do trabalho e o quão urgente é a necessidade de uma resposta por parte dos trabalhadores. A riqueza inimaginável de uma pequena minoria contrasta com a pobreza e a miséria visíveis que atingem a grande maioria da sociedade, não só dos países de economia periférica, mas que começam a bater à porta também dos países centrais.

O sistema capitalista, embora sonhe com a eliminação total do trabalho vivo, nunca poderá fazê-lo, uma vez que trabalho morto não permite a extração de *mais-valia*. É por isso que se afirma ser a lógica deste sistema destrutiva e contraditória: ela maltrata e tenta eliminar as bases de sua sustentação.

Desse modo, *assim como o capital torna “supérfluas” suas mercadorias, sem as quais, entretanto, não pode sobreviver, o mesmo capital torna “supérflua” sua mercadoria força de trabalho, sem a qual também não pode sobreviver* (ANTUNES, 2005, p.28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças operadas nas sociedades capitalistas nas últimas décadas, a partir da década de 70 do século XX, provocaram verdadeiras metamorfoses econômicas, políticas e sócio-culturais.

Ao longo deste estudo, buscou-se enfocar, neste contexto de modificações, as profundas transformações sofridas pelo mundo do trabalho, alicerçadas em importantes mudanças do regime produtivo mundial. Para tanto, utilizou-se o setor bancário brasileiro como ilustração, procurando-se demonstrar como o novo padrão de acumulação capitalista – sustentado pela acumulação flexível – possibilitou a flexibilização das relações entre capital e trabalho.

É possível depreender, quando da leitura deste trabalho, que talvez o elemento que maior impacto sofreu nesse processo de desconstruções que se consolidou tenha sido a consciência de coletividade. Se até a década de 80, a cada nova fase das relações entre capital e trabalho, a classe trabalhadora encontrava meios de manter sua unidade, organização e essência combativa, a partir da década de 90, ela passou a ser desarticulada [no sentido de militância da classe] e fragmentada.

Esse novo cenário pode ser explicado pela introdução da idéia de colaboração do trabalhador com o seu empregador, o que levou ao estabelecimento do princípio da competição entre os trabalhadores. Dadas as condições de

reestruturação produtiva, funcional e trabalhista – que introduziu a perspectiva do desemprego e da precarização das relações de trabalho –, o emprego passou a “depende” da colaboração do trabalhador, de seu esforço individual, das metas a serem cumpridas e da produtividade alcançada.

O setor bancário representa muito bem esse novo quadro. No Brasil, a reestruturação operacional dos bancos, sobretudo a partir da década de 90, recondicionou o trabalho bancário e, assim, o próprio trabalhador bancário. Como consequência desse processo, observou-se, em um primeiro momento, um significativo incremento na automação do sistema bancário brasileiro, bem como novas formas de organização e gestão do trabalho, terceirização e prolongamento da jornada; levando à eliminação de inúmeros postos de trabalho no interior dos bancos. Em um segundo momento, passou-se à exigência de um novo perfil de trabalhador, que não contempla e tampouco incita a cooperação de classe – que parece ter sucumbido frente ao discurso das empresas bancárias. Registre-se aqui, mais uma vez, que este discurso não é exclusivo do setor bancário, mas é nele que se realiza com peculiar requinte de crueldade.

Diante dessa nova realidade, alguns trabalhadores absorvem o discurso patronal, “vestem a camisa” da empresa e adaptam-se às novas regras de mercado, nas quais o negócio [da venda de produtos e serviços] tornou-se fundamental para os bancos. Por outro lado, há os que não se sentem confortáveis perante essas novas exigências. Assim, resistem em serem cooptados pela retórica dos negócios; entretanto, sentem-se coagidos pelo medo do desemprego e, em muitos casos, acabam cedendo à pressão dos representantes dos banqueiros. Nos poucos bancos públicos que restam, ainda é possível certa resistência, mas nos bancos privados, infelizmente, essa possibilidade é praticamente nula.

Neste contexto de grande hegemonia do capital financeiro, presencia-se, simultaneamente, a redução de demanda de trabalho e a ampliação da pauperização e da exclusão, agravando as múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social do Serviço Social (Iamamoto, 2001).

A retração do Estado – maior empregador dos assistentes sociais – em suas responsabilidades, preconizada pelo ideário neoliberal, que implica a transferência para a sociedade civil de parte das iniciativas para o atendimento das seqüelas da questão social, gerou significativas alterações no mercado profissional de trabalho do assistente social: por um lado, os assistentes sociais empregados por grandes

corporações econômicas, “preocupadas em intervir na questão social dentro de uma perspectiva de *filantropia empresarial*”, estão subordinados a uma tendência à refilantropização social. Iamamoto (Idem) ressalta que não se trata de um ressurgimento da velha filantropia, do século XIX³³, mas uma “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Por outro lado, tem-se que boa parcela do mercado profissional de trabalho encontra-se, hoje, constituída pelas organizações não-governamentais (ONG).

Diante do exposto, constata-se que todo esse processo vem repercutindo no mercado de trabalho do assistente social de várias maneiras. Seja nas empresas, onde o Serviço Social sempre foi chamado para eliminar os focos de tensões sociais, para criar um comportamento produtivo da força de trabalho, viabilizar benefícios sociais e atuar em relações humanas na esfera do trabalho (embora essas demandas fundamentais se mantenham, elas ocorrem, hoje, sob novas condições sociais e novas mediações³⁴); seja na esfera pública, que, de acordo com a Constituição de 1988, prevê a descentralização e a municipalização das políticas sociais, o que representa outras possibilidades de trabalho abertas ao nível de municípios, de reforço do poder local – ampliando os canais de participação da população -, mas que podem também representar um reforço dos populismos, da pequena política que se move em função de interesses particularistas e demarca a tradição política brasileira.

O projeto profissional do Serviço Social, que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero e, politicamente falando, posiciona-se em favor da equidade e da justiça social, só se potencializará se houver uma articulação com os movimentos de outras categorias profissionais, que vislumbrem princípios e fins similares e se solidarizem com a luta geral dos trabalhadores.

É, portanto, dever de todos os trabalhadores retomar o movimento sindical legítimo, desvinculado de qualquer subordinação político-partidária que represente os interesses do capital financeiro, e reassumir seu sentido de coletividade e classe; pois somente através de uma resposta organizada por parte da classe trabalhadora

³³ Iamamoto (2001) caracteriza a filantropia do século XIX como ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, estabelecida sob bases românticas.

³⁴ Atualmente, os chamamentos à participação, o discurso da qualidade, da parceria entre trabalhador e empregador, da cooperação são acompanhados pelo discurso de valorização do trabalhador, pregando sua adesão às metas empresariais de produtividade como condição necessária para assegurar a qualidade do produto.

será possível reverter este quadro de exploração e precarização da força de trabalho.

O trabalho bancário brasileiro, utilizado neste estudo como ilustração das graves transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo, representa muito bem um quadro de desemprego e subemprego que traz como consequência o aumento da violência e da pauperização. Essas “manifestações” – desemprego, subemprego, violência, pauperização, precarização, exclusão social etc. –, que são, na verdade, agravamentos das expressões da questão social, matéria-prima do trabalho do assistente social, demandam desse profissional uma intervenção muito mais competente e crítica (que prevê um repensar coletivo do exercício e da formação profissionais), capaz de construir, efetivamente, uma nova ordem social livre de qualquer forma de dominação ou exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo”, in E. Sader e P. Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DIAS, E. e BOSI, A. “Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil”, in *Revista Outubro*, n.º 12, 2005.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *As receitas de prestação de serviços dos bancos*. Brasília – DF: DIEESE, 2006.

_____. Nota Técnica n.º 18. *O lucro dos bancos em 2005*. DIEESE, 2006.

FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos. *Qualidade em atendimento*. São Paulo: IBCB, 1993.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*, 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

LESBAUPIN, I. e MINEIRO, A. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. *Trabalho e resistência na fonte misteriosa: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MINELLA, A. *Banqueiros, organização e poder político no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

NETTO, J. P. "Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil", in *Serviço Social & Sociedade*, n.º 50, 1996.

SANDRONI, P. (org.). *Novíssimo dicionário de economia*, 12ª ed. São Paulo: Best Seller, 2003.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.